



O ajuste fiscal alimenta o corrupto sistema da dívida

Maria Lucia Fattorelli ¹

O ano de 2015 começou com fortes restrições orçamentárias e aprofundamento do ajuste fiscal, obtido mediante o corte de gastos e investimentos públicos, acompanhado de uma série de privatizações, além de aumento de tributos que recaem sobre os trabalhadores e os mais pobres.

Mas afinal, para que serve o ajuste fiscal? Raramente se menciona a razão desse enorme sacrifício que atinge diretamente a vida de toda a população e a economia do país.

O ajuste fiscal tem servido para destinar recursos para o pagamento de juros da dívida pública brasileira. Essa dívida tem crescido aceleradamente, especialmente a interna, que já supera R\$3,6 bilhões em julho de 2015.

Estudos da Auditoria Cidadã da Dívida têm revelado a ausência de contrapartida real para o país, pois essa dívida tem sido gerada a partir de mecanismos financeiros decorrentes da equivocada política monetária praticada pelo Banco Central, que favorece aos bancos privados nacionais e estrangeiros.

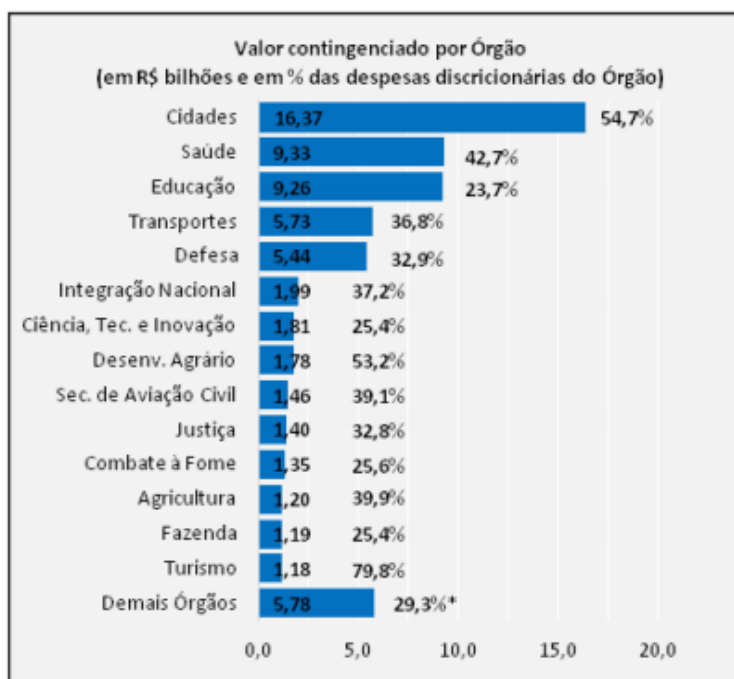
É justo sacrificar toda a sociedade e a economia do país para bancar esse modelo?

Ajuste Fiscal

O corte de recursos orçamentários já alcança R\$80 bilhões em 2015. Iniciou com o contingenciamento de quase R\$ 70 bilhões, conforme Decreto 8.456, atingindo fortemente as áreas sociais e investimentos, conforme demonstrado no quadro a seguir²:

¹ Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida www.auditoriacidada.org.br e <https://www.facebook.com/auditoriacidada.pagina>

² Monitor Fiscal, edição de julho/2015, disponível em: <http://www12.senado.gov.br/orcamento/documentos/loa/2015/execucao/despesa-fiscal-e-seguridade/monitor-fiscal-julho-2015>



Fonte: Decreto nº 8.456/15.

* Percentual médio de contingenciamento nos demais Órgãos

Logo em seguida, outro corte foi anunciado por meio do Decreto 8.496, no valor de R\$8,6 bilhões, retirando mais R\$2,179 bilhões da Saúde e Educação. Mais cortes estão para ocorrer, conforme já anunciado pelo ministro Levy.

Diversas medidas antissociais estão sendo justificadas pela necessidade de “sair da crise”. Os aposentados do Regime Geral da Previdência sofreram o veto ao reajuste igualitário de seus benefícios e ainda não receberam o adiantamento do 13º salário que vinha sendo pago todo ano em agosto. Servidores públicos estão há anos com salários congelados, recebendo reajuste bem inferior à inflação, apesar de grandes mobilizações e greves. No setor privado aumenta o desemprego e a redução salarial. Outros retrocessos, como terceirização e aumento da idade para aposentadoria estão previstos na “Agenda Brasil” de Renan.

Privatizações aceleradas também fazem parte do esforço para obter recursos para o chamado ajuste fiscal. Na pauta estão a Petrobrás Distribuidora, a folha de pagamento de servidores federais, além de portos, aeroportos, estradas, ativos da Petrobrás e até áreas do Pré-Sal.

Estados e municípios estão sendo demandados a contribuir para o ajuste fiscal, transferindo ao governo federal pagamentos de dívidas que deveriam ter sido em grande

parte anuladas, conforme denunciado desde a CPI da Dívida Pública³. Adicionalmente, os entes federados são penalizados devido à redução das transferências federais justificadas por quedas na arrecadação de tributos, afetando, em cascata, toda a prestação de serviços à população.

Todos esses cortes de gastos e investimentos sociais estão afetando negativamente a atividade econômica e contribuindo para aprofundar a crise econômica instalada no país. A justificativa é realizar o ajuste fiscal. Esse enorme sacrifício tem servido para destinar recursos para o pagamento de juros da dívida pública.

Dívida Pública e mecanismos que geram dívida

No Brasil, a chamada dívida pública registra, em julho de 2015, cifras estratosféricas: o volume de títulos da dívida interna emitidos pelo Tesouro Nacional supera 3,6 trilhões de reais. A dívida externa bruta supera 550 bilhões de dólares.

Quando investigamos a contrapartida dessas dívidas, não encontramos benefícios ao país, mas sim a atuação de diversos mecanismos que geram dívida pública, enquanto favorecem ao setor financeiro privado.

Tais mecanismos decorrem de equivocada política monetária exercida pelo Banco Central (BC), de costas para o país e a serviço dos bancos privados nacionais e internacionais.

A começar pelas taxas de juros, o BC é o responsável pelas abusivas taxas praticadas no país – as mais altas do mundo – sem justificativa técnica, política, jurídica ou econômica. A taxa básica - SELIC – que já estava elevadíssima por ocasião das eleições de outubro de 2014, no patamar de 11% ao ano, seguiu rota crescente e, até julho de 2015 subiu cerca de 30%, alcançando 14,25%; um verdadeiro escândalo.

As taxas de juros praticadas nos leilões de títulos realizados pelo BC são ainda mais elevadas, pois os denominados *dealers* - grupo privilegiado de 12 instituições que participam dos leilões – só compram os títulos quando a taxa oferecida alcança o patamar que desejam.

Os juros extorsivos têm sido o principal fator de crescimento da dívida pública, tendo em vista a emissão contínua de títulos para o pagamento desses juros, o que

³ FATTORELLI, Maria Lucia. *O impasse da dívida dos estados e municípios*, disponível em <http://www.auditoriacidada.org.br/o-impasse-da-divida-de-estados-e-municipios/>

caracteriza mais uma ilegalidade - o Anatocismo – e faz a dívida crescer como uma bola de neve.

Outro mecanismo que gera dívida pública decorre de contratos feitos pelo BC para dar garantias em relação à variação da cotação do dólar: *swap* cambial. As perdas do BC com tais operações somaram, no período de setembro/2014 a julho/2015, nada menos que R\$ 152 bilhões negativos. Esse prejuízo é transferido para a conta dos juros da dívida e, logicamente, para o seu estoque, já que os juros têm sido pagos mediante a emissão de nova dívida. Os bancos lucram e o país registra a dívida, apesar de não ter recebido um centavo sequer.

A geração bilionária de dívida pública tem decorrido também de operações denominadas “compromissadas” ou “de mercado aberto”, utilizadas pelo BC sob a justificativa de restringir a base monetária. Títulos da dívida pública emitidos pelo Tesouro Nacional são repassados ao BC, que os entrega aos bancos, em troca do “excesso” de moeda. O BC já acumula mais de 1,1 trilhão de reais nesse tipo operação, que na prática significa a remuneração da sobra de caixa dos bancos privados com os juros mais elevados do mundo. Ademais, esses juros têm que ser pagos em moeda corrente, o que tem pressionado fortemente o arrocho para a realização do ajuste fiscal. Essas operações têm provocado o crescimento exponencial do estoque da dívida e ainda contribuem para manter elevados os juros de mercado⁴.

Outros mecanismos têm provocado a geração de dívida pública, tais como:

- a emissão de títulos da dívida interna para a compra de dólares (quando se encontrava em franca desvalorização), que foram empregados na compra de títulos da dívida norte-americana, que não rendem quase nada ao país;
- a cobertura de bilionários prejuízos operacionais do BC, por exemplo, R\$147,7 bilhões em 2009, R\$ 48,5 bilhões em 2010, que, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal devem ser arcados pelo Tesouro Nacional.

O mecanismo mais grave tem sido a emissão de títulos para pagar juros, ao arripio da Constituição Federal, art. 167, inciso III. Essa façanha tem sido disfarçada pela contabilização de grande parte dos juros como se fosse amortização⁵, e tem provocado crescimento exponencial da dívida.

⁴ FATTORELLI, Maria Lucia. *Por que os juros são tão elevados no Brasil*, disponível em <http://www.auditoriacidada.org.br/por-que-os-juros-sao-tao-elevados-no-brasil/>

⁵ Essa situação está detalhada no Parecer 1/2013, preparado a pedido do Ministério Público Federal disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/11/Parecer-ACD-1-Vers%C3%A3o-29-5-2013-com-anexos.pdf>

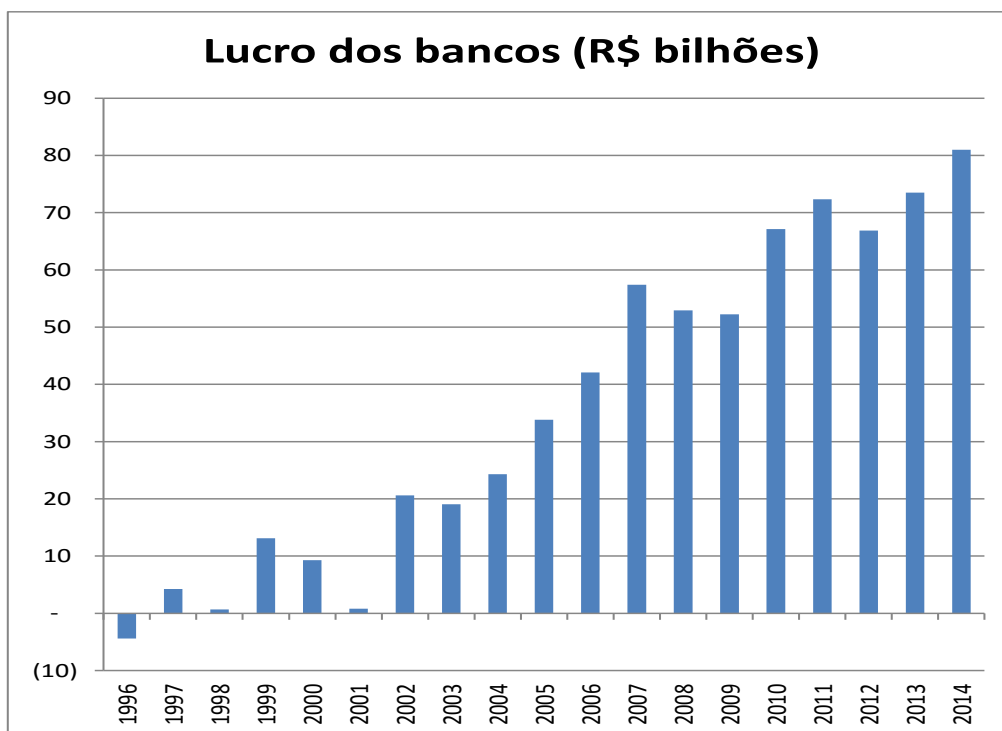
Recentemente detectamos ainda a geração de dívida em decorrência de mera reclassificação estatística de dívida interna para externa, feita pelo BC⁶ em obediência a manuais do FMI. Essa modificação estatística renderá adicionalmente aos rentistas estrangeiros a variação cambial dos últimos anos, gerando uma obrigação financeira extra, e um aumento da dívida pública.

Diante desses exemplos, fica evidente que o instrumento do endividamento público está sendo utilizado às avessas, o que denominamos “Sistema da Dívida”: em vez de aportar recursos ao Estado, tem funcionado como um grande negócio financeiro que continuamente subtrai e desvia recursos públicos para o setor financeiro privado.

Quem ganha com o Ajuste Fiscal

O ajuste fiscal serve à dívida pública, e esta tem sido gerada principalmente por meio de mecanismos de política monetária exercidos pelo BC que favorecem aos bancos sob vários aspectos.

Os lucros dos bancos privados não param de crescer, em escala exponencial. Em 2014 já superaram R\$80 bilhões:



Fonte: <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>

⁶ BC do Brasil - Estatísticas do Setor Externo – Adoção da 6ª Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimentos (BPM6) - Nota Metodológica no 4 – Dívida externa - Junho de 2015.

Os lucros auferidos pelos bancos no primeiro semestre de 2015 cresceram ainda mais. Estamos vivendo uma crise econômica seletiva. Não existe crise para os bancos.

Por outro lado, a economia real passa por sérias dificuldades, com indicação de encolhimento do PIB; desindustrialização; queda no comércio, e o país amarga inaceitáveis índices sociais:

- Pior distribuição de renda do mundo⁷;
- 79º no ranking de respeito aos Direitos Humanos, de acordo com o IDH medido pela ONU;
- Penúltimo no ranking da Educação, de acordo com o Índice Global de Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais.

Este quadro é inaceitável, pois o Brasil é a sétima economia mundial e possui invejável potencial capaz de garantir desenvolvimento socioeconômico sustentável e justo.

Qual é a saída?

Os recursos necessários ao desenvolvimento socioeconômico existem, mas têm sido esterilizados pelo Sistema da Dívida. A solução depende do enfrentamento desse modelo suicida, concentrador de riqueza e renda, começando pela completa revisão da política monetária exercida pelo BC e pela auditoria da dívida pública, com participação cidadã.

Do lado das receitas, a necessária reforma tributária deverá tributar devidamente os lucros, as remessas ao exterior, as fortunas e as heranças. Devem ser abolidas as benesses e distorções, como a possibilidade de dedução dos juros calculados sobre o capital próprio, que beneficia principalmente bancos e afronta os princípios contábeis. É fundamental o fortalecimento da administração tributária para o combate à sonegação. O modelo tributário injusto e regressivo, aliado à falta de controle de capitais, tem sido um dos grandes responsáveis pelo desajuste das contas públicas no país.

É necessário desamararr o gigante Brasil, e isso não ocorrerá com insanas políticas mesquinhas de ajuste fiscal destinadas a alimentar o corrupto Sistema da Dívida.

⁷ Resultado obtido mediante a comparação dos indicadores disponíveis em <http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/SSRN-id2479685.pdf> comparado com [GINI index | Data | Table](#)